

Sarney pede elucidação do caso Rubens Paiva

Brasília e Porto Alegre — O presidente José Sarney está pessoalmente interessado na elucidação do desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva e se, até segunda-feira, a Procuradoria da Justiça Militar do Rio de Janeiro não esclarecer o destino do processo, que está sumido, o Ministério da Justiça acionará o Superior Tribunal Militar para encontrá-lo.

“O desaparecimento deste homem não pode ficar sem esclarecimento, até porque não se trata de um anônimo. Foi um deputado federal, todos o conheciam”, afirmou o Ministro da Justiça, Paulo Brossard.

Há 20 dias, o Ministério da Justiça mandou um ofício para o Rio de Janeiro, pedindo que o procurador militar Antônio Carlos Biscaia manifeste-se sobre o desaparecimento do processo do deputado Rubens Paiva, seqüestrado por militares no dia 20 de janeiro de 1971, em sua casa, no Leblon. Ninguém no Ministério da Justiça, porém, acredita mais que o processo esteja com a procuradoria, pois por obra do ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel, o envio desses autos para o Rio não teria sido sequer registrado.

Motivos jurídicos

Apesar disso, Brossard está decidido a reabrir o processo: “O que move o governo na elucidação desse caso é que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi pressionado a não esclarecer nada quando o examinou, no governo Médici.” Mais do que os motivos políticos, provocados pelas mudanças institucionais que se processam no país, Brossard tem motivos jurídicos para querer esclarecer o episódio: “Com o desaparecimento do processo, ficamos sem a materialidade dos fatos. Oficialmente, o deputado não morreu e, nesse caso, não se pode declarar a ausência prevista no Código Civil, que dá a pessoa como morta, para efeito de inventário.”

O ministro da Justiça mantém também dúvidas sobre os resultados da reabertura desse processo. “O que me preocupa são as circunstâncias em que o Conselho de Direitos Humanos examinou o caso no regime militar. A situação foi tão grave que a Ordem dos Advogados do

Brasil entrou em litígio com o Ministério da Justiça. E mais: a partir desse processo, o governo alterou a legislação do conselho, estabelecendo que todas as sessões fossem secretas.”

Ajuda importante

Brossard conta que, sem o apoio de Sarney, não teria determinado a reabertura do caso. Foi o próprio ministro quem assinou o ofício encaminhado agora ao procurador da Justiça Militar do Rio de Janeiro perguntando pelo processo. Junto com o ofício, o ministro acrescentou cópia de um documento de abril de 1983, em que o procurador Nerval Cardoso comunicava ao ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel que mandara o processo para o Rio de Janeiro.

Essa é a última pista do processo de Rubens Paiva, pois nos arquivos do Ministério da Justiça não consta por que razão ou quando o processo foi para o Rio. O último registro do documento em Brasília foi na Divisão de Segurança do Ministério, diretamente ligado ao gabinete de Abi-Ackel. O secretário-executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Antônio Carlos de Almeida Castro, disse que, se dentro de três dias, não houver uma resposta do Rio, procurará o novo procurador-geral da Justiça Militar, Leite Chaves, empossado ontem, para descobrir o processo, esteja onde estiver.

Preocupação geral

Em Porto Alegre, Brossard já falou das suas preocupações com o abuso do poder econômico nas eleições. Informou que o projeto de lei que está elaborando para evitar a extensão do problema delegará poderes de fiscalização aos partidos, que deverão assumir compromisso público, perante os Tribunais Regionais Eleitorais, de que impedirão gastos excessivos dos seus candidatos.

A preocupação de Brossard é a de fazer uma lei que tenha eficácia, embora reconheça que as diferenças regionais representam um obstáculo à definição de um projeto que tenha abrangência nacional.

Só o carro foi devolvido

Na manhã do dia 20 de janeiro de 1971, o ex-deputado Rubens Paiva, de calção, preparava-se para ir à praia, aproveitando o feriado de São Sebastião, quando sua casa na avenida Delfim Moreira foi tomada por um grupo armado. Os invasores, depois de comunicarem que pertenciam aos órgãos de segurança, informaram ao deputado que ele estava preso. Rubens trocou de roupa, pegou alguns charutos e, dirigindo seu próprio carro, deixou sua casa, rumo à prisão. Foi a última vez que a família o viu.

Provavelmente morreu na noite de 20 para 21 de janeiro na Polícia do Exército, da rua Barão de Mesquita, depois de ter sido duramente espancado no quartel da 3ª Zona Aérea, sob o comando do brigadeiro João Paulo Burnier. Aí foi mantido de pé, de castigo, ao lado de Cecília Viveiros de Castro

e Marilena Corona, durante várias horas. Transferido para a PE, nunca mais foi visto depois.

A PE admitiu implicitamente sua prisão, ao devolver o carro da família à irmã do deputado, no dia 4 de fevereiro. O corpo do deputado, porém, não foi devolvido. Segundo sindicância do I Exército, Rubens Paiva foi libertado por um “grupo terrorista”, durante uma emboscada ao Alto da Boa Vista. O caso, levado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ainda durante o governo Médici, foi arquivado e depois disso as sessões do conselho passaram a ser secretas. O médico Benjamin Albagli, que, ao mudar seu voto, decidiu a questão dentro do conselho o favor do arquivamento, confessaria mais tarde que sofreu grandes pressões.